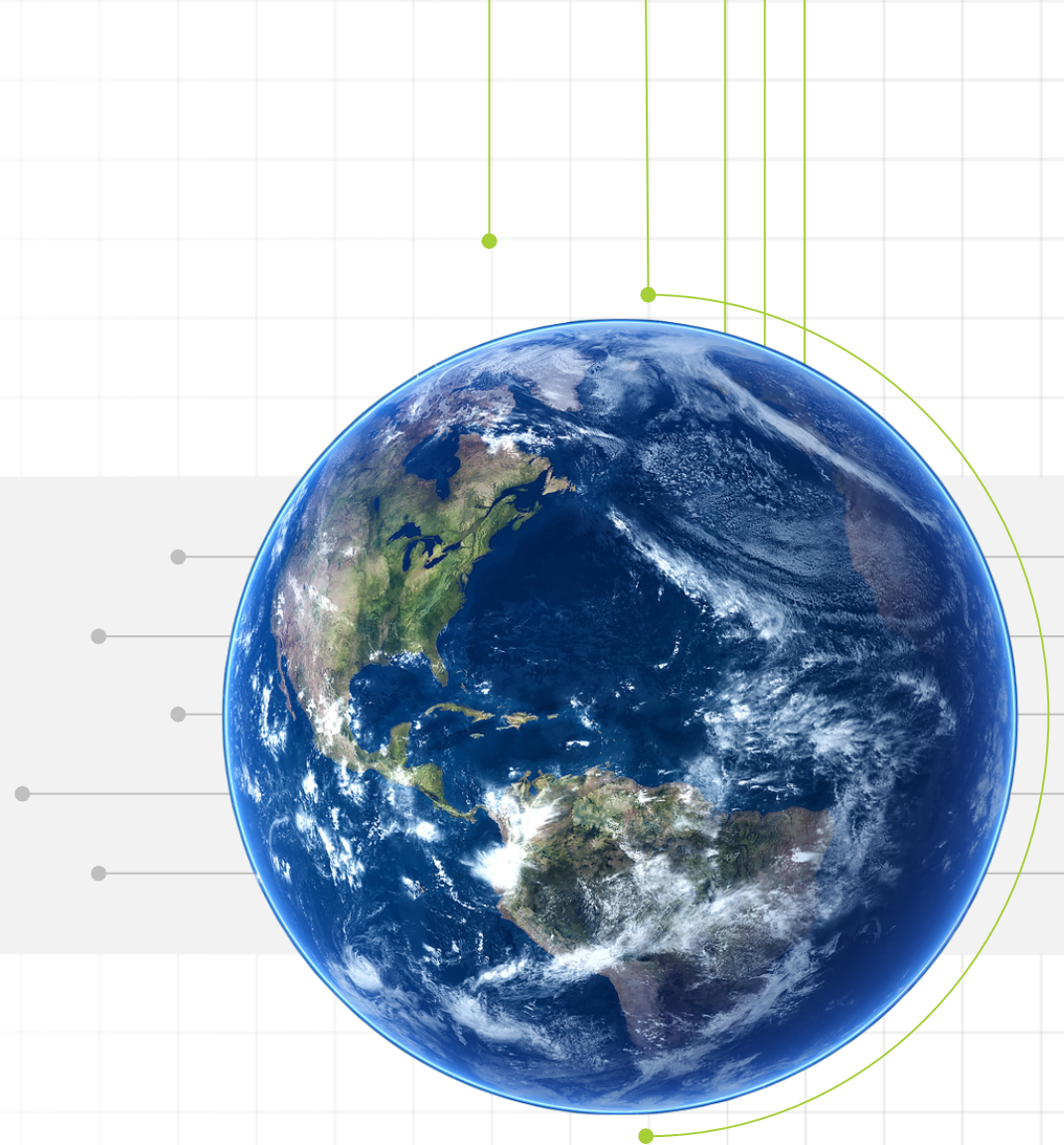


# Jurimetria

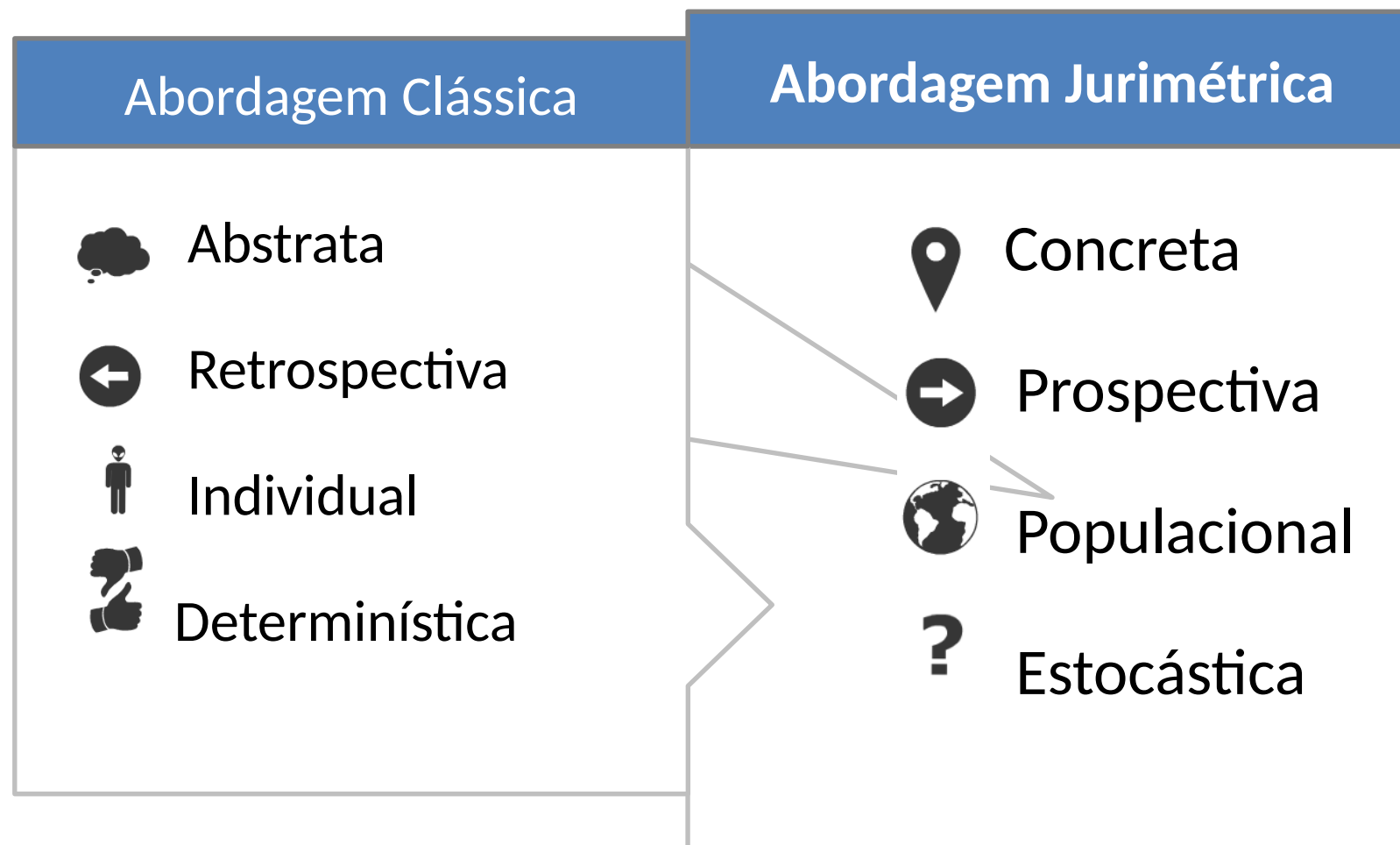
**Eficiência no Judiciário e  
Elaboração de Políticas Públicas**

Marcelo Guedes Nunes  
[mnunes@abj.org.br](mailto:mnunes@abj.org.br)



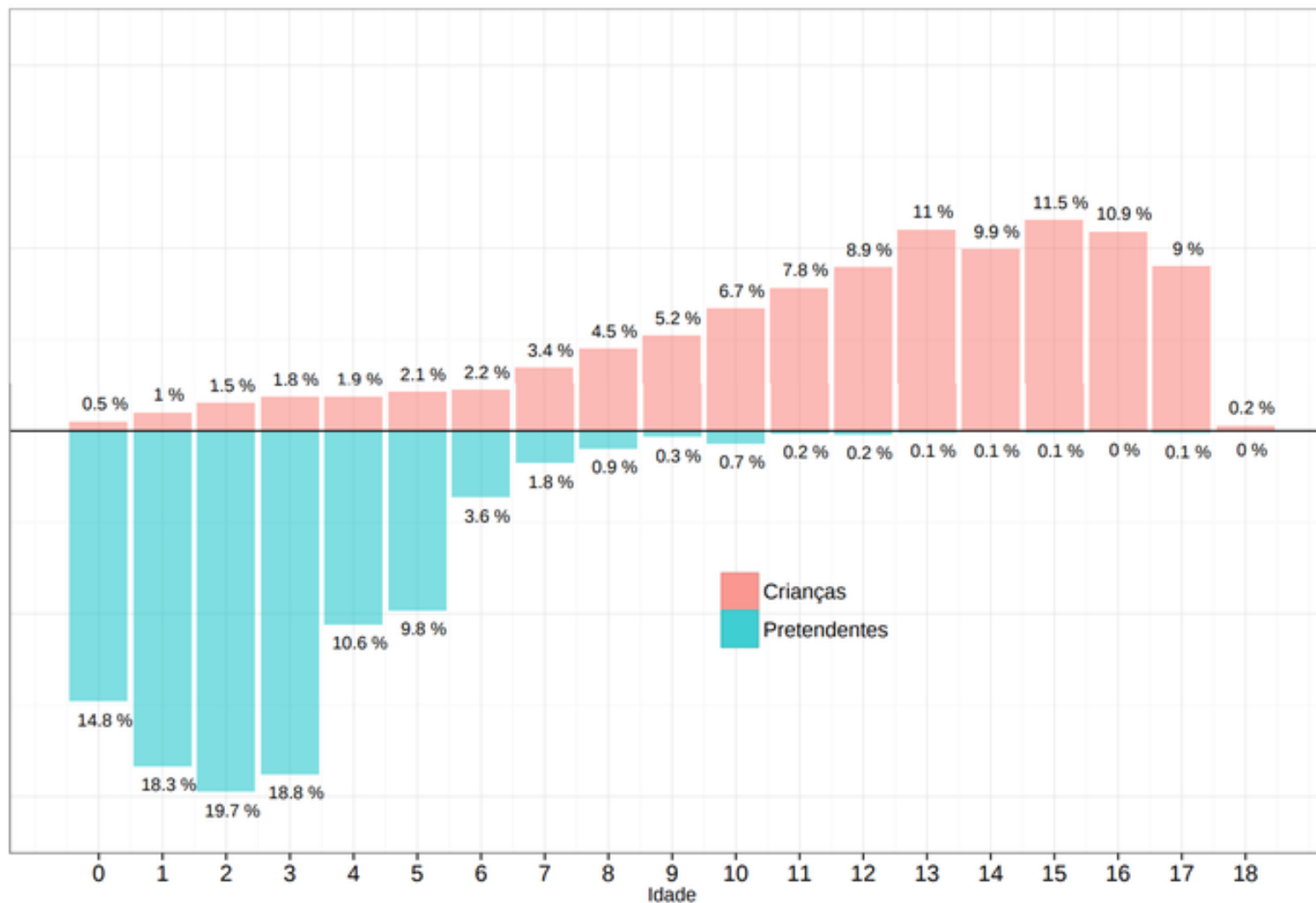
# Definição

## estatística aplicada ao direito



# Exemplo – adoção

## data-driven public policy



PL 5850/2016

# Exemplo – adoção

## Idade de disponibilização

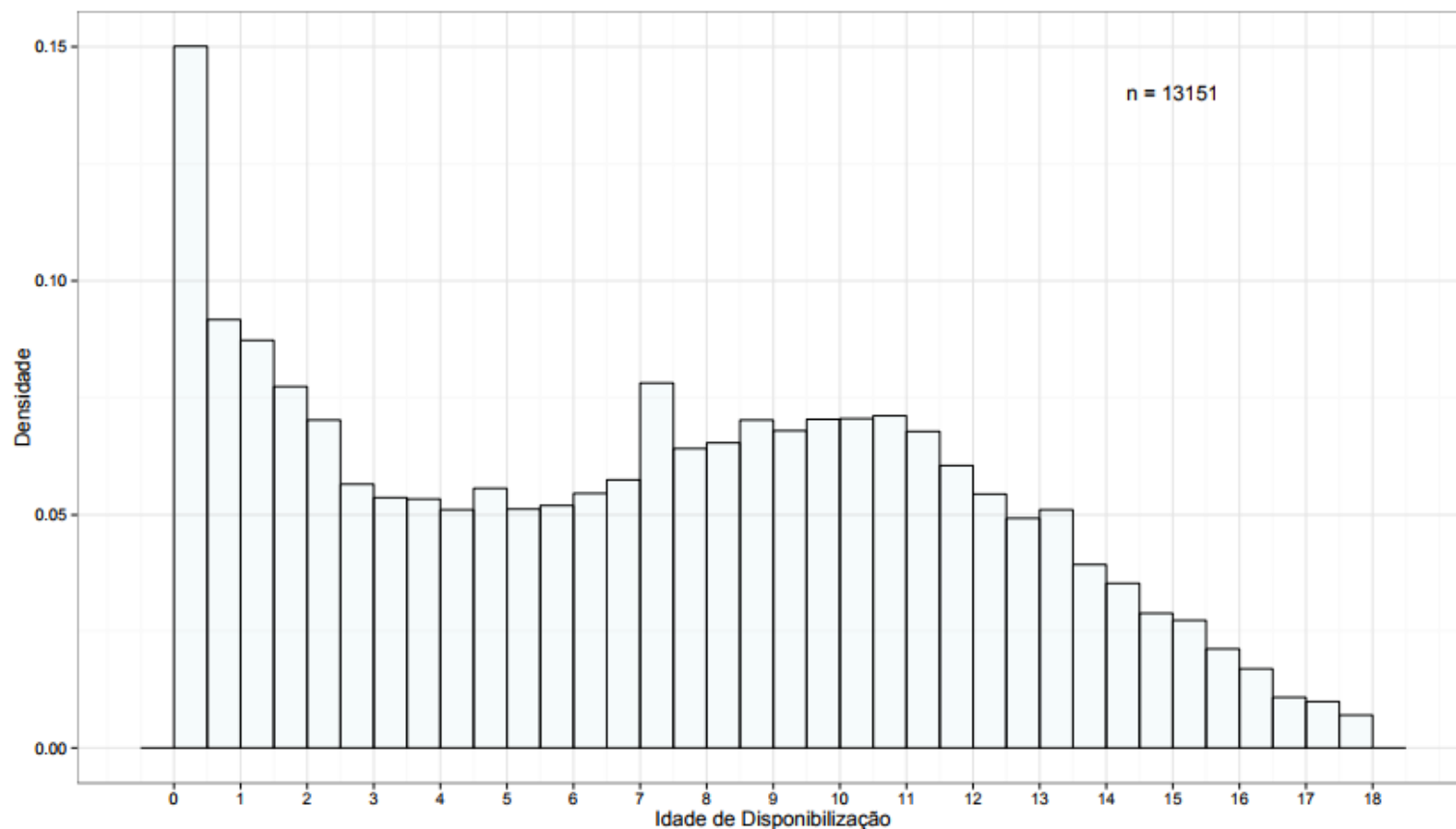


Figura 3.: Histograma das idades de disponibilização das 13.151 crianças do CNA  
(Fonte: CNA).

# Exemplo – adoção

## Quebrando por motivo

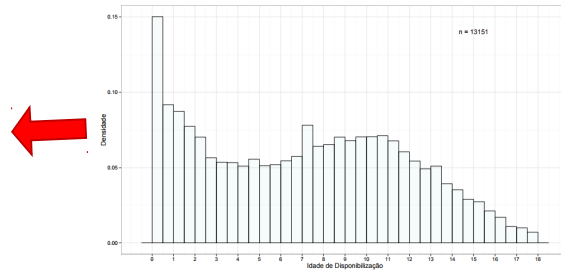
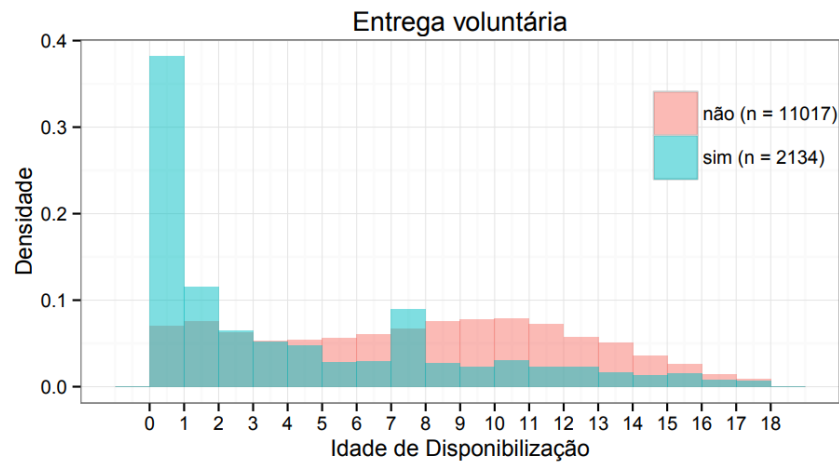
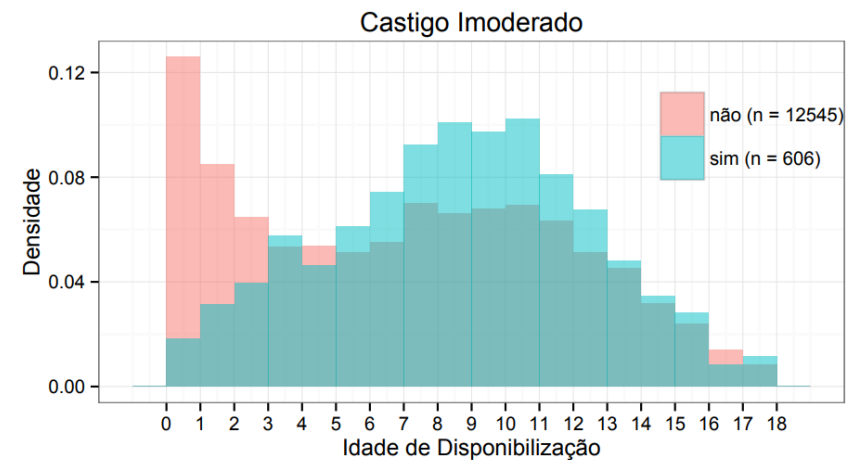
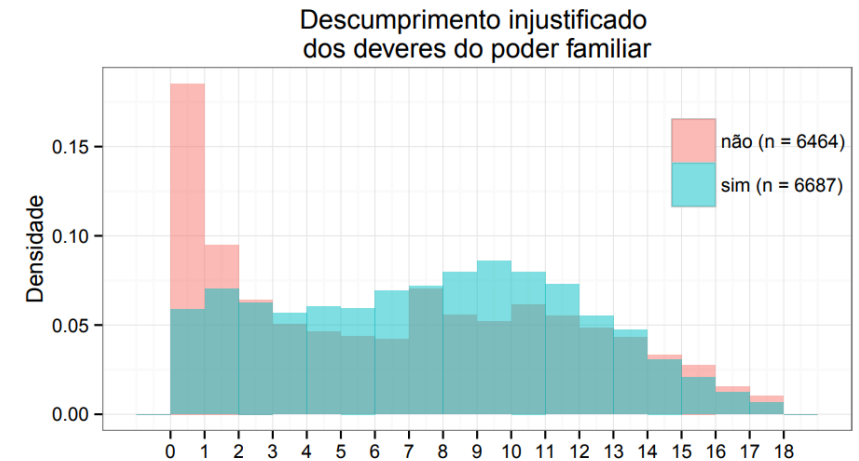
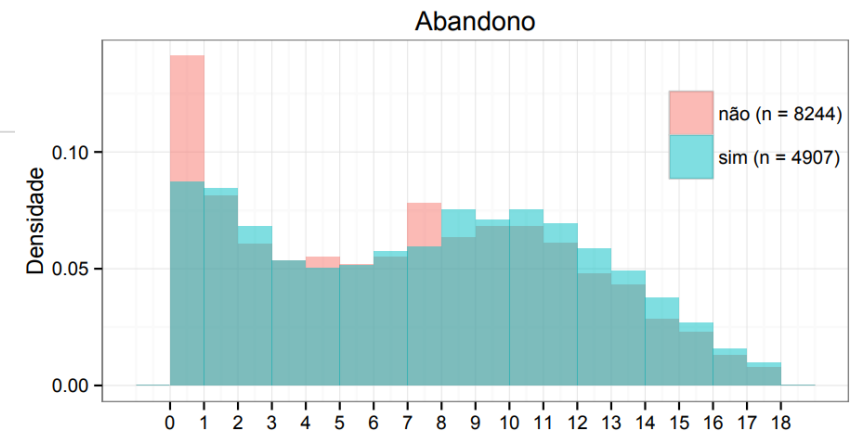


Figura 3.: Histograma das idades de disponibilização das 13.151 crianças do CNA  
(Fonte: CNA).



# Exemplo – adoção

## Processos de destituição que demoram

### Especialização

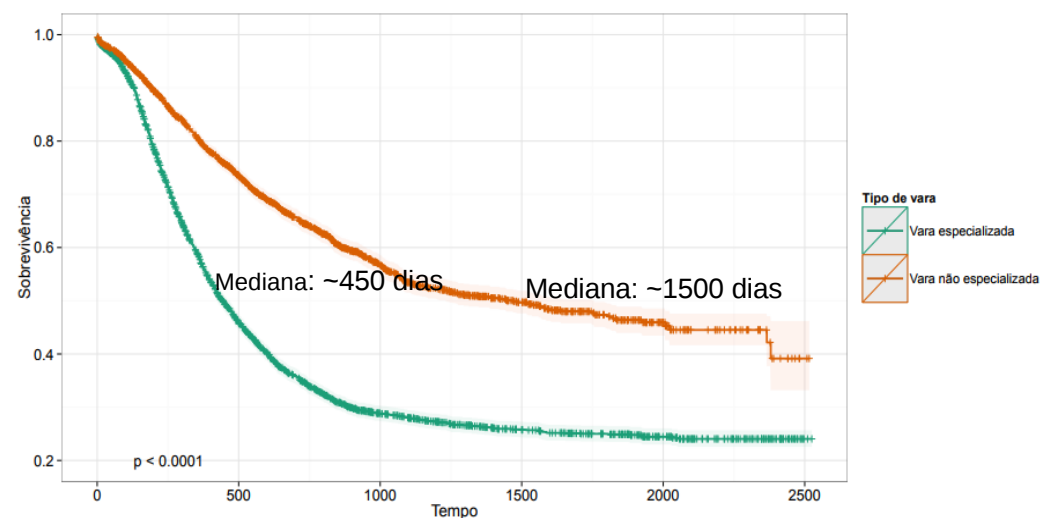


Figura 17.: Gráfico Kaplan-Meier do tempo dos processos de perda ou suspensão do poder familiar, da distribuição até a sentença, comparando varas especializadas e não especializadas.

### Citação

Tabela 16.: Tabela resumo dos tempos de duração dos processos, da distribuição até a primeira audiência, nos processos de destituição do poder familiar, nas comarcas com maior volume processual em São Paulo. Observações incompletas são consideradas censuras.

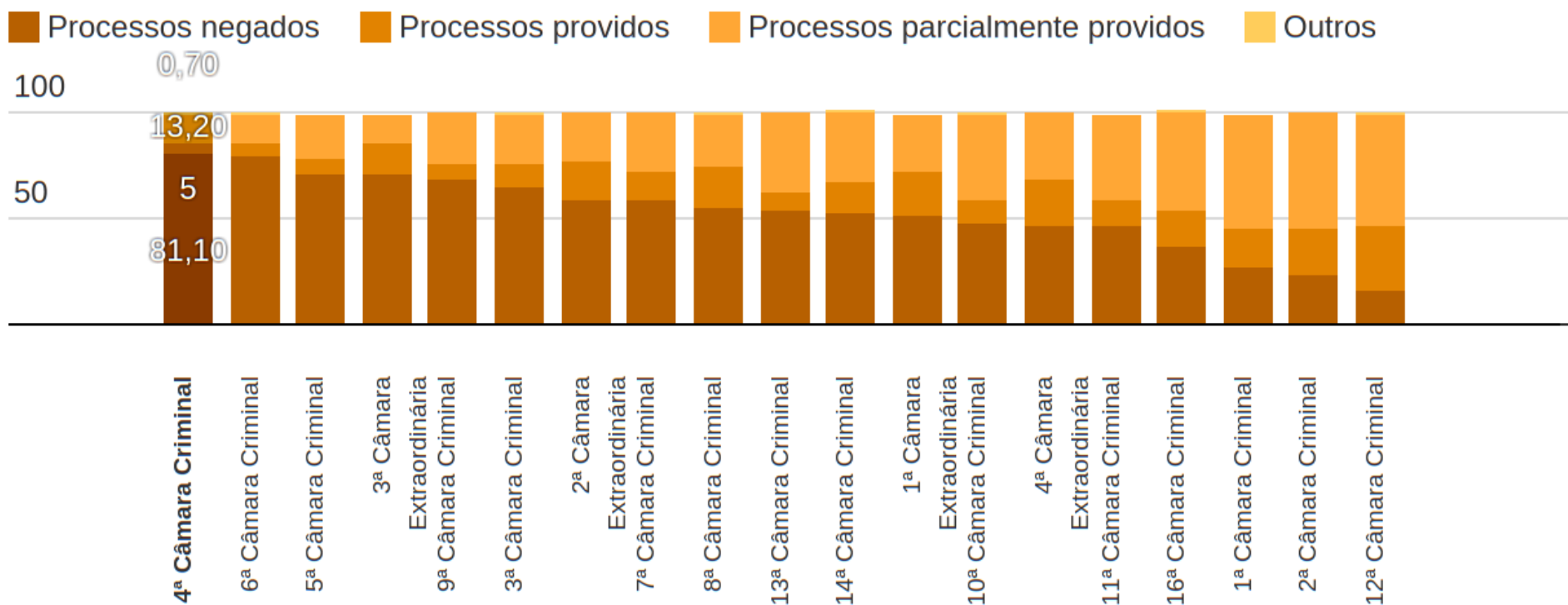
	Obs.	Eventos	Média	D.P.	Média	Mediana	Lim. Inf.	Lim. Sup.
Campinas	145	121	339	25	305	256	260	
Guarujá	80	28	484	40	470	400	521	
Guarulhos	78	14	233	34	102	20	132	
São José dos Campos	55	41	297	29	279	214	343	
São Paulo	2285	1742	316	5	254	244	263	
Sorocaba	223	34	258	19	165	140	223	

# Exemplo – câmaras criminais

## eficiência vs segurança jurídica

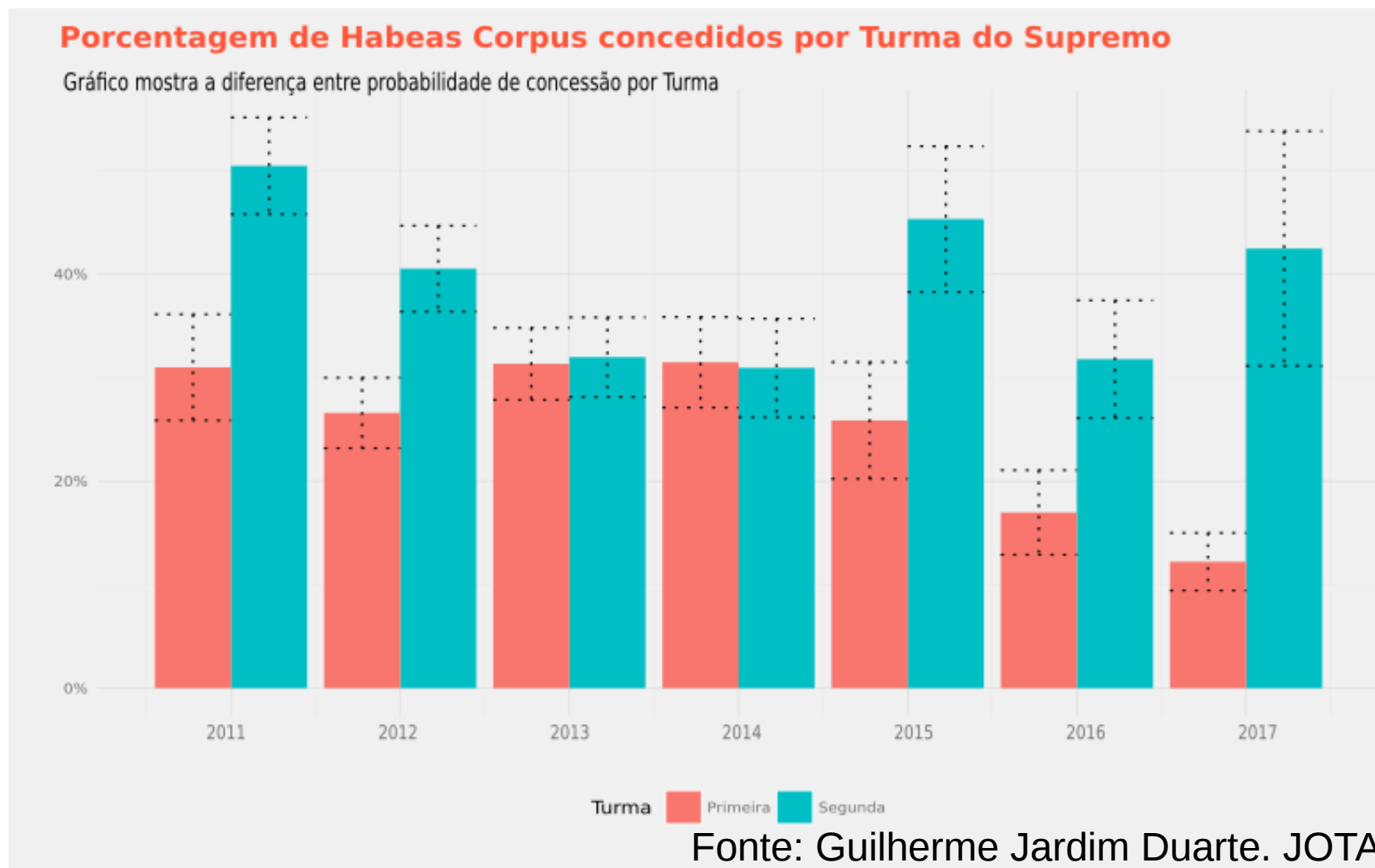
### JUSTIÇA DISCREPANTE

Variação na taxa de negação de recursos vai de 16% a 81% conforme a câmara que os julga



# Exemplo – câmaras criminais

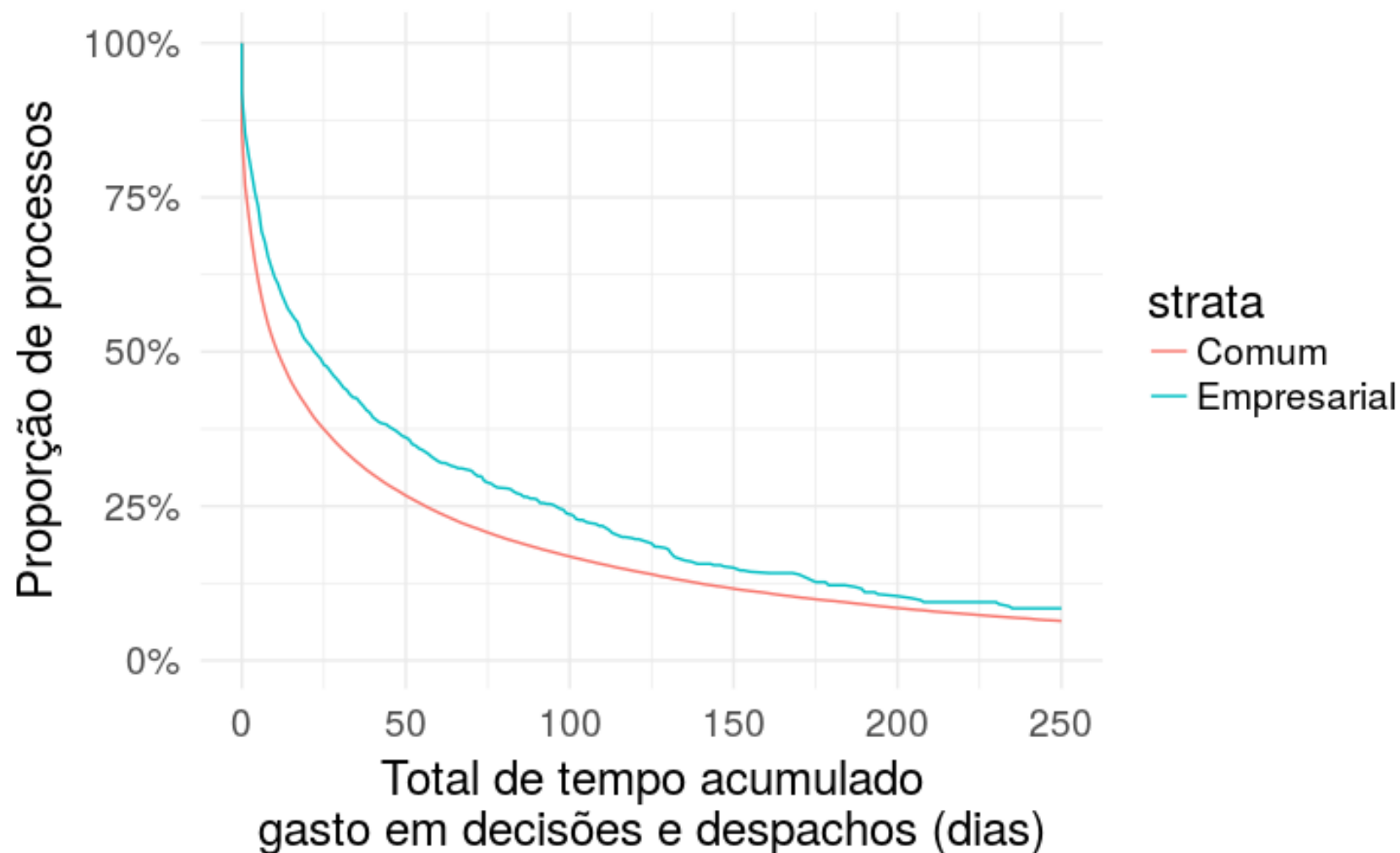
## E nos órgãos superiores?





# Exemplo – especialização de varas

## complexidade processual



# O dilema da gratuidade



O problema envolve equacionar  
o **direito e seu abuso**:

- por um lado, a regra garante o direito constitucional de **acesso de pessoas naturais à justiça**,
- por outro: a possibilidade de ingressar na justiça sem incorrer em custo econômico **incentiva ações oportunistas** por parte de agentes interessados em "**litigar por litigar**"

A balança favorece o lado da **concessão da justiça gratuita** para pessoas naturais:

- i. há uma presunção de insuficiência por mera declaração;
- ii. a presunção somente pode ser afastada caso o magistrado verifique a existência de elementos que demonstrem que o réu não possui insuficiência, o que normalmente ocorre apenas em casos extremos; e
- iii. por fim, ainda que o magistrado afaste a presunção, deve dar à parte a possibilidade de provar que preenche os requisitos de insuficiência.

# O dilema da gratuidade

Eficiência do judiciário – estudo em andamento



Relação entre remuneração e  
pedido / concessão de gratuidade

Simulação do uso de políticas  
alternativas e estimação da economia

# Obrigado!

---

<http://abj.org.br>

Marcelo Guedes Nunes  
mnunes@abj.org.br